

## A AGROPECUÁRIA EM SANTA CATARINA: CENÁRIO ATUAL E PRINCIPAIS TENDÊNCIAS

Tabajara Marcondes<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa os reflexos da modernização da agricultura no Brasil e no estado de Santa Catarina para, posteriormente, discutir as principais mudanças que ocorreram recentemente no espaço rural catarinense. Dentre estas, destacam-se a alteração no uso das terras agrícolas; a redução do número de estabelecimentos agropecuários; a diminuição da população rural; a redução da população ocupada em atividades agrícolas; e a ampliação das rendas não agrícolas no meio rural. Mesmo assim, a agricultura familiar permanece como o setor responsável pela grande maioria da produção agropecuária catarinense. Para tanto, destaca-se, também, a importância das políticas públicas que buscam promover o desenvolvimento rural de forma inclusiva e sustentável.

**Palavras-chave:** Santa Catarina; Produção Agropecuária; Agricultura Familiar.

## THE AGRICULTURE IN SANTA CATARINA: CURRENT SCENARIO AND MAIN TRENDS

**Abstract:** This article analysis the effects of green agriculture revolution in Brazil and the Santa Catarina State, and also discuss the main changes that happened in the rural space recently. The main changes are the alteration in the agricultural land uses, the diminution of the number of rural properties, the both reduction of rural population and the number of rural workers, and the increase in the non-agricultural income in the rural areas. In spite of these facts, the family farm still is the main responsible for the majority part of agricultural production in the Santa Catarina State. In this case, is important to highlight the rules of the public policy to promote the model of rural development with focus in both inclusion and sustainable issues.

**Key words:** Santa Catarina; Agricultural Production; Family farm

---

<sup>1</sup> Engenheiro Agrônomo (UFCS/1984), Cientista Social (UFSC/1990), Mestre em Sociologia Política (UFSC/2011). Analista de Socioeconomia e Desenvolvimento Rural, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Email: tabajara@epagri.sc.gov.br

## 1 INTRODUÇÃO

O Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa) aceitou o convite do professor Lauro Mattei para colaborar na edição deste número da revista NECAT com um misto de satisfação e preocupação. Satisfação por conta da possibilidade de colaborar nas reflexões mais gerais acerca da agropecuária estadual, particularmente aquelas feitas no âmbito do NECAT, e preocupação pela complexidade do tema e das limitações para nos ocuparmos de tal tarefa. Parte dessas limitações são pessoais/operacionais e parte decorrem da falta de informações setoriais atualizadas e/ou qualificadas.

A solicitação foi para que realizássemos uma análise sobre a “situação da agropecuária de Santa Catarina, cenário atual e principais tendências”. Como abordagem inicial deveria ser uma espécie de “abertura da discussão” para os demais artigos da revista, já que todos tratam de aspectos relacionados à agropecuária estadual.

É pouco provável que o artigo alcance esse objetivo, na medida em que o que apresentamos aqui está limitado a um conjunto de informações e considerações de ordem setorial que, em parte dos casos, não está respaldado por nenhum resgate bibliográfico que permitisse uma análise mais qualificada e, conseqüentemente, alçasse esse texto à condição de uma contribuição acadêmica mais relevante.

Portanto, desde já esclarecemos que os pontos contemplados pelo texto permitem ter apenas algumas ideias gerais sobre as características e tendências do setor agropecuário catarinense, sem a pretensão de abordar toda a complexidade e as variáveis contempladas pela temática.

O artigo também não passou por nenhuma discussão de caráter mais crítico com a equipe da Epagri/Cepa, o que significa que é uma análise exclusiva e de responsabilidade de quem o assina. Registra-se que ele está dividido em diversos itens que não necessariamente apresentam continuidade entre si.

## 2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E ALGUNS DE SEUS ASPECTOS EM SANTA CATARINA<sup>2</sup>

Entre os anos de 1930 e o início dos anos de 1960 a economia brasileira deixou de ser baseada em um modelo exportador de produtos primários e passou a ter a indústria como seu setor mais dinâmico, sendo considerado o pós-guerra como período de ouro do modelo de industrialização pela substituição de importações. No início dos anos de 1960 se evidencia o “esgotamento” desse modelo de industrialização e se torna hegemônica a corrente de pensamento/política que preconizava um modelo de desenvolvimento associado ao capital internacional, que se impôs definitivamente com o golpe militar de 1964.

Nesse contexto torna-se hegemônica também a corrente de pensamento/política que defende a “modernização” da agricultura para que cumprisse o papel dela esperado desde o início da industrialização: liberação de mão-de-obra para indústria; criação de mercado para indústria; aumento das exportações para gerar divisas que garantissem a continuidade das importações voltadas ao crescimento do setor urbano-industrial; abastecimento satisfatório da população urbana, sem elevar o custo da alimentação e das matérias-primas; financiamento da capitalização de setores não agrários (industrial e comercial), através da transferência dos seus ganhos de produtividade.

Assim, na segunda metade dos anos de 1960, foi iniciado o processo de “modernização” da agricultura brasileira, cujo instrumento inicial fundamental foi o crédito rural abundante e barato, que facilitou a implementação de uma nova maneira de fazer agricultura, baseada especialmente no tripé: sementes geneticamente melhoradas/mecanização/uso de agroquímicos (agrotóxicos, corretivos e adubos)<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Esse texto é quase um resumo de uma parte da dissertação de mestrado de Tabajara Marcondes (2011), que utilizou para essa parte entre outras as seguintes fontes bibliográficas: Mueller (1983), Gonçalves Neto (1997), Graziano da Silva (1981), Ianni (1986) e Oliveira (1976).

<sup>3</sup> O agrônomo Norman Ernest Borlaug teve papel de destaque na concepção dessa nova maneira de fazer agricultura. Por sua contribuição para sua expansão para diferentes partes do mundo foi reconhecido como o pai da Revolução Verde e, em 1970, o Instituto Nobel concedeu-lhe o prêmio Nobel da Paz, ao reconhecer o seu trabalho também como humanitário, já que as suas contribuições para o aumento da produtividade agrícola e, conseqüentemente, para o aumento da oferta e redução dos preços dos alimentos, teria ajudado a impedir uma enorme fome global ao longo das últimas décadas do século passado.

Além do crédito, a “modernização” foi estimulada pela estruturação/ampliação dos serviços públicos (extensão rural/assistência técnica, pesquisa agropecuária, defesa sanitária animal e vegetal); pela criação de programas de apoio a investimentos agroindustriais; pela criação de incentivos fiscais de diferentes tipos; pela criação de estruturas públicas de armazenagem, distribuição e abastecimento de produtos agrícolas; pela adoção de políticas de formação de estoques reguladores, de sustentação de preços e de comercialização de produtos agrícolas, dentre outras.

Isso redundou num forte processo de “industrialização” do campo. Ao mesmo tempo muitos setores da agricultura brasileira passaram a ser fortemente influenciados, tanto pela indústria vendedora de insumos como pelas indústrias/cooperativas compradoras de seus produtos, sendo que não raramente uma mesma empresa realizava esses dois papéis.

Com os expressivos e constantes ganhos de produtividade, o aumento da produção e a diversificação de atividades produtivas, a agricultura passa a cumprir praticamente todos os papéis esperados pelo projeto político hegemônico. A partir do início dos anos de 1980, entretanto, com o ambiente político menos controlado pelos militares, se evidenciam outros aspectos do modelo: concentração da posse da terra e aumento dos conflitos fundiários em muitas regiões; concentração da renda agrícola; geração de uma massa de pequenos produtores e sem-terra pauperizados e marginalizados; aumento do controle do processo produtivo pelos grandes complexos agroindustriais<sup>4</sup>; desinteresse de jovens pela atividade agrícola e pelo espaço rural; diminuição do emprego agrícola; aprofundamento de desigualdades dentro e entre regiões; êxodo rural; degradação dos solos agrícolas; poluição e redução dos mananciais de águas; ocupação de solos e regiões inadequados para o uso agrícola; comprometimento da biodiversidade; dentre outros.

Além disso, no início da década de 1980, devido às circunstâncias internacionais desfavoráveis, o Brasil passou a ter dificuldades para contrair novos empréstimos internacionais, além de ser pressionado a pagar muitos dos empréstimos realizados até então. Essa crise de financiamento inviabiliza também o modelo de desenvolvimento da agricultura, que dependia da farta utilização de recursos públicos. Mesmo que não de forma concomitante,

---

4 Para o caso de Santa Catarina ver, entre outros, Paulilo (1990) e Campos (1987).

isso significou substancial redução de subsídios para e do crédito rural; enfraquecimento/desmantelamento de várias estruturas federais e estaduais de suporte ao projeto modernizador; alteração/fim de políticas de incentivos fiscais; alteração/redução de recursos para as políticas de sustentação de preços; aumento da exposição do setor agrícola à concorrência externa, dentre outras mudanças.

Do final do governo militar até a promulgação da Constituição de 1988 se intensificaram as discussões acerca da necessidade de novas formas de relação entre o Estado e a agricultura brasileira, com aspectos muito auspiciosos (novas relações entre o Estado e a sociedade civil, mudanças no “pacto federativo” e descentralização de ações para os estados e municípios, implementação de políticas públicas que não repetissem o modelo/as consequências do período da “modernização”, entre outros)<sup>5</sup>. Embora muitos desses aspectos tenham se consolidado na Constituição de 1988, eles foram parcialmente fragilizados/comprometidos durante o governo do Presidente Fernando Collor de Mello, porém voltando com maior notoriedade durante o governo do Presidente Itamar Franco, quando em 1994 foram dados, por exemplo, os passos iniciais para o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social e para o advento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf<sup>6</sup>, que foi oficialmente criado em 1996, já durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

## 2.1 O caso de Santa Catarina

Não parece inadequado defender a hipótese de que algumas repercussões negativas da “modernização” da agricultura brasileira teriam se dado e/ou estão se dando em Santa Catarina de forma mais tardia do que em outros estados do país, particularmente a exclusão de

---

<sup>5</sup> Esse contexto das discussões e a necessidade de repensar as estratégias de desenvolvimento e das políticas públicas para buscar a diversificação das economias locais e ampliar as oportunidades das regiões rurais do Brasil, com vantagens em termos de salubridade e de meio ambiente podem ser vistos, por exemplo, em Veiga (2001).

<sup>6</sup> Mattei, Cazella e Schneider (2004) detalham o reconhecimento da importância da agricultura familiar no Brasil e como se deu o advento do Pronaf.

produtores e a concentração da produção. Embora não existam estudos comparativos sobre isso, algumas possíveis razões para tal fato teriam sido/são:

- A menor disputa e pressão pela posse da terra no estado – isto estaria relacionada com a forma como foram colonizadas algumas regiões (milhares de agricultores com pequenas áreas), mas também com as características topográficas de várias delas que dificultam a utilização de máquinas no processo produtivo e desestimulam a sua compra/concentração para a produção em larga escala.
- A familiaridade de boa parte dos pequenos produtores catarinenses com os mecanismos de mercado e adoção de tecnologias – ao contrário do que ocorreu em muitas regiões brasileiras, desde o início do período da “modernização”, boa parte dos agricultores de Santa Catarina já estava familiarizado com as relações de mercado e com as necessidades de mudanças nos seus sistemas de produção, o que reduziu as suas dificuldades de adaptação às pressões modernizadoras.
- A existência de um setor público agrícola de serviços, extensão e pesquisa de reconhecida capacidade, e com relação estreita, direta e de compromisso com os pequenos produtores<sup>7</sup>. Isto ajudou não apenas na capacidade/possibilidade de parte destes produtores aprimorarem as atividades que desenvolviam tradicionalmente, como para que buscassem novas alternativas produtivas quando necessário. O surgimento de novas possibilidades produtivas em Santa Catarina, que se tornaram relevantes alternativas para a manutenção de importante contingente de produtores no campo, ocorreu através da participação decisiva do setor público (maçã, cebola, arroz, uva, banana).
- A grande diversidade produtiva nas propriedades agrícolas, o que permitiu que muitos agricultores, ao ficarem inviabilizados economicamente em uma atividade, pudessem intensificar a produção de outras. De certa maneira, parte da grande expansão que a atividade leiteira catarinense (particularmente na região Oeste do estado) viveu a partir do final dos

---

<sup>7</sup> Um aspecto interessante disso, pouco estudado, é o fato de muitos extensionistas catarinenses serem oriundos do meio rural, muitas vezes filhos de agricultores familiares, situação que não se repete com tanta frequência em outras unidades da federação, o que influencia no tipo de relação entre técnicos e agricultores.

anos de 1980 e início dos de 1990 é explicada por este fato. Ao serem excluídos da produção de suínos e de grãos (feijão, soja, milho, trigo), os produtores expandiram a produção leiteira, com a qual já tinham familiaridade, mas pouco interesse para geração de renda.

- A grande importância da produção de origem animal, especialmente aves, suínos e leite, as quais permitiram que os produtores com escalas menores de produção se mantivessem na atividade por mais tempo e em condições mais favoráveis do que nos cultivos de grãos. A concentração da produção e a exclusão de produtores de suínos, por exemplo, ocorreu de forma mais expressiva apenas a partir dos anos de 1990. No caso da produção de leite a situação é ainda mais ilustrativa, já que o número de produtores com pequenas escalas de produção continua expressivo.
- A existência de algumas atividades produtivas em que o capital financeiro e a terra são fatores de produção menos importante que o trabalho/capital humano. Neste caso, a fumiicultura é o exemplo mais ilustrativo. A dificuldade de mecanização e o encarecimento da produção com a eventual contratação de mão de obra viabilizaram a permanência nesta atividade de um expressivo contingente de produtores que utilizam o trabalho familiar. Com isso, ao contrário do que ocorreu na maioria das atividades da agricultura estadual, o número de produtores de fumo em Santa Catarina se expandiu sensivelmente entre os anos de 1970 e 1990.
- O maior grau de organização dos pequenos agricultores catarinenses (sindicatos, federações, associações, cooperativas, ONGs), o que lhes amplia o poder político nas relações com os setores públicos e com os agentes de mercado.
- O reconhecimento mais ou menos generalizado por parte de lideranças políticas locais, regionais e estaduais sobre a importância estratégica da pequena agricultura/agricultura familiar para o desenvolvimento do estado. Isto ajudou a consolidar as políticas públicas específicas para este segmento e evitou que suas relações fossem determinadas exclusivamente pelas forças do mercado.
- A melhor distribuição relativa do crédito rural entre as diferentes categorias de

produtores rurais, comparativamente à maioria dos estados brasileiros<sup>8</sup>.

Em relação a alguns dos pontos citados acima, talvez aqui caiba a consideração de que certos aspectos que Abramovay (1992) salientou de forma crítica em “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”<sup>9</sup> não tiveram em Santa Catarina o mesmo peso que na maior parte das regiões brasileiras. Pelo menos ao longo dos anos de 1980 e boa parte dos anos de 1990, o reconhecimento da importância econômica da agricultura familiar para o estado era relativamente significativo. Posteriormente, contudo, principalmente em função da forte diversificação produtivo-econômica das regiões tradicionalmente agrícolas, da concentração populacional nas regiões litorâneas, do maior crescimento relativo do setor de serviços, da fragilização das representações político-institucionais dos agricultores, do “deslocamento” dos complexos agroindustriais originalmente catarinenses para outras regiões do País, dentre outros aspectos, fizeram com que esse reconhecimento fosse reduzido e se concentrasse naqueles segmentos de maior movimentação econômica.

Considerando que as razões citadas são procedentes, reforça-se que não significa dizer que a “modernização” não teve e/ou não está tendo os seus efeitos também em Santa Catarina. Até porque o processo de “modernização”, mesmo com algumas importantes alterações na forma de relação entre o Estado e a agricultura não perdeu força e boa parte da agricultura estadual seguiu/segue pressionada pelas fortes estruturas com que se relacionava à jusante e à montante.

Assim, desde os primeiros anos da década de 1990 ampliou-se a percepção de que o chamado “modelo agrícola catarinense”, particularmente os seus segmentos relacionados aos mercados mais dinâmicos e competitivos, passaria por importantes e rápidas mudanças estruturais, como, por exemplo, a tendência à exclusão de muitas pessoas ou famílias do

---

<sup>8</sup> Paulilo (1990) destaca diferenças regionais na distribuição do crédito subsidiado no período da modernização. A Região Sul era bem aquinhada em valores, mas com menor concentração relativa pelos grandes produtores do que em outras regiões do País. Isso ainda perdura. No período 2000 a 2009, por exemplo, o Pronaf, destinado especialmente aos pequenos agricultores, representou 13% do valor total do crédito rural no Brasil e 22% em Santa Catarina (MARCONDES, 2010)

<sup>9</sup> A partir da análise do papel estratégico das unidades de produção familiar para a modernização do campo de países de capitalismo avançado, o autor critica a visão predominante no Brasil de que a agricultura familiar teria dificuldade de contribuir decisivamente para o desenvolvimento do País.



espaço rural<sup>10</sup>. Mesmo com as já citadas limitações de informações, essas mudanças estruturais serão minimamente analisadas no item seguinte.

### 3 MUDANÇAS NO ESPAÇO RURAL DE SANTA CATARINA

O Censo Agropecuário é realizado periodicamente e se constitui numa das raras fontes de dados estruturais dos setores agropecuário, florestal e aquícola do País. Embora os refinamentos metodológicos (reformulação do conteúdo da pesquisa, incorporação de novos conceitos, etc.) e a grande defasagem de tempo entre os censos agropecuários dificultem as comparações diretas dos diferentes censos agropecuários, é indispensável algumas dessas comparações para qualquer análise relativa a evolução/caracterização do espaço rural brasileiro.

Embora o último Censo Agropecuário seja relativo ao ano de 2006, e desde então tenha havido substanciais mudanças na economia brasileira/catarinense em geral e nos seus setores agropecuário, florestal e aquícola em particular, é tomando por base essa fonte de informação que destacaremos algumas das significativas mudanças pelas quais passou o espaço rural catarinense ao longo das últimas décadas.

#### 3.1 Redução do número e da área dos estabelecimentos agropecuários<sup>11</sup>

Os censos mostram que o número e a área dos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina sofreram mudanças sensíveis ao longo dos anos; aumentaram entre as décadas de 1970 e 1980 e diminuíram a partir de então. De 1985 para 2006 houve um decréscimo de

---

<sup>10</sup> Ver Instituto Cepa/SC (1995).

<sup>11</sup> O IBGE define estabelecimento agropecuário como “toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável”.

41,3 mil unidades e de 1,357 milhão de hectares dos estabelecimentos agropecuários catarinenses, conforme tabela 1.

Não é simples compreender/explicar todas as razões para essa expressiva redução do número e da área dos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina, mas parte dela pode ser esclarecida por outros dados censitários.

Tabela 1 – SC - Número e área dos estabelecimentos agropecuários - 1970/2006

Ano	Estabelecimentos Agropecuários		
	Número (Mil unidades)	Área (Milhões de hectares)	Área média (Hectares)
1970	207,2	7,025	33,9
1975	206,5	6,877	33,3
1980	216,2	7,474	34,6
1985	235,0	7,420	31,6
1995	203,3	6,613	32,5
2006	193,7	6,063	31,3

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Um primeiro exemplo diz respeito à posse da terra por condição do produtor<sup>12</sup>. Ao se somar as categorias dos arrendatários e parceiros se constata que entre os censos de 1985 e de 2006 houve uma redução de 31,5 mil para apenas 9,3 mil estabelecimentos agropecuários, conforme tabela 2.

Tabela 2 – SC - Condição do produtor em relação à posse da terra - 1970/2006

Condição	Mil estabelecimentos					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Proprietário	171,3	169,4	171,5	182,8	171,5	170,9
Arrendatário	10,8	10,0	12,8	15,4	12,1	7,1
Parceiro	10,8	10,3	13,3	16,1	6,1	2,2
Ocupante	14,3	16,8	18,6	20,6	13,6	13,5
<b>Total</b>	<b>207,2</b>	<b>206,5</b>	<b>216,2</b>	<b>235,0</b>	<b>203,3</b>	<b>193,7</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

<sup>12</sup> No Censo 2006, às categorias dos censos anteriores (proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante) foram acrescentadas outras duas (assentado sem titulação definitiva e produtor sem área), que para efeitos de comparação com os censos anteriores, e tomando por base as considerações metodológicas feitas pelo IBGE, foram enquadradas como ocupantes.

É certo que esse expressivo decréscimo de 22,2 mil estabelecimentos agropecuários ocorreu por várias razões, mas pelo menos duas delas podem ser citadas com relativa segurança. A primeira, e possivelmente a principal, é econômica, indicando a possibilidade de que as reduções nas margens de rentabilidade de muitos produtos da agropecuária acabaram por inviabilizar que parte desses arrendatários e parceiros continuasse a “pagar” pelo uso da terra, de maneira especial os menores, como sempre foi a situação predominante em Santa Catarina. A segunda, não necessariamente dissociada da primeira, é que muitos arrendatários e parceiros passaram à condição de proprietários neste período. Um importante indicativo disso foi uma pesquisa realizada em 2010 pela Secretaria de Estado da Agricultura, que apontou que dos beneficiários do “Banco da Terra” (BT) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), 45,8% eram arrendatários e 10,6% parceiros.

Ainda que não na mesma proporção, houve também redução do número de estabelecimentos agropecuários dos ocupantes, o que possivelmente se deu por razões como: titulação de terras para aqueles que já detinham a sua posse, mas cuja formalização se deu no período considerado; a política de assentamento intensificada no Estado exatamente a partir de meados dos anos de 1980; o fato de ocupantes buscarem outras maneiras de sobreviver, deslocando-se até mesmo para outros estados para tentar conquistar terra; e a redução de terras consideradas disponíveis para realizar novos assentamentos no Estado.

### 3.2 Alterações na utilização das terras “agrícolas”

O Censo Agropecuário 2006 indicou também que houve importantes mudanças na forma de utilização da área dos estabelecimentos agropecuários catarinenses, com redução na área ocupada com pastagens e crescimento da área de matas, conforme tabela 3.

Tabela 3 – SC - Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários - 1970/2006

Utilização	Mil hectares					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Lavouras	1.331,7	1.434,4	1.803,8	1.868,8	1.570,4	1.723,3
Pastagens	2.468,0	2.404,0	2.490,9	2.469,3	2.338,9	1.707,6
<i>Matas naturais</i>	<i>1.623,2</i>	<i>1.433,9</i>	<i>1.408,1</i>	<i>1.345,5</i>	<i>1.348,6</i>	<i>1.613,8</i>
<i>Matas plantadas</i>	<i>128,3</i>	<i>194,2</i>	<i>374,0</i>	<i>564,1</i>	<i>561,5</i>	<i>621,5</i>
Total de matas	1.751,6	1.628,1	1.782,2	1.909,7	1.910,2	2.235,4
Outras áreas	1.474,1	1.410,7	1.396,9	1.171,8	793,4	396,2
<b>Total</b>	<b>7.025,3</b>	<b>6.877,3</b>	<b>7.473,8</b>	<b>7.419,5</b>	<b>6.612,8</b>	<b>6.062,5</b>

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Em parte, existe uma relação direta entre a redução das áreas de pastagens e a ampliação das áreas de matas. No caso das matas plantadas, por exemplo, é certo que a partir dos anos de 1980 houve grande expansão da área com pinus em áreas tradicionais de pastagens naturais/naturalizadas. Um pouco depois disso passou a ocorrer também expansão do plantio de eucalipto em áreas de pastagens. Neste caso, também em pequenas propriedades, fazendo com que em 2014 a área plantada com essas duas espécies florestais alcançasse 1,023 milhão de hectares, sendo que apenas o eucalipto representava 36% desse total.

Apesar dos dados censitários não mostrarem esses fatos de maneira contundente, por outras fontes de informações do próprio IBGE (tabela 4) fica evidente que dentre as significativas mudanças da agricultura catarinense está a redução da área ocupada com lavouras temporárias, movimento inverso ao observado em âmbito de Brasil. No caso de Santa Catarina, somando-se os cinco produtos das lavouras temporárias com maior área plantada, constata-se que entre 1995 e 2015 houve uma redução de 537,1 mil hectares no total de área plantada, com variações importantes entre essas lavouras, destacando-se a expressiva redução da área de milho e de feijão e grande aumento de área de soja. Parte dessas áreas de milho e feijão, particularmente a de milho, passou a ser utilizada para o plantio de soja; outra parte passou a ser usada para o plantio de milho para silagem; enquanto o restante simplesmente deixou de ser utilizado para a produção de grãos.

Tabela 4 – Área plantada com produtos da lavoura temporária - BR e SC 1995 e 2015

Produto	Área plantada (Mil hectares)					
	Brasil			Santa Catarina		
	Safra 1995	Safra 2015	Var. absoluta 1995-2015	Safra 1995	Safra 2015	Var. absoluta 1995-2015
Arroz	4.420,7	2.168,7	-2.252,0	155,2	148,7	-6,5
Feijão	5.366,3	3.135,1	-2.231,2	390,1	77,1	-313,0
Fumo	293,6	408,5	114,9	81,0	116,4	35,4
Milho (em grão)	14.182,5	15.920,6	1.738,1	1.061,6	404,5	-657,1
Soja	11.702,9	32.135,5	20.432,5	204,5	608,6	404,2
<b>Total</b>	<b>35.966,0</b>	<b>53.768,4</b>	<b>17.802,4</b>	<b>1.892,4</b>	<b>1.355,3</b>	<b>-537,1</b>

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

Além das variações entre os produtos houve importantes mudanças na distribuição geográfica das áreas plantadas, conforme tabela 5. Neste caso, o que mais chama a atenção são o grande decréscimo de área na região Oeste e a expansão da área plantada nas regiões Norte e Serrana, decorrentes exclusivamente do crescimento do plantio de soja, já que as áreas de milho e feijão também decresceram nessas regiões.

Tabela 5 – SC - Participação das mesorregiões na área de lavouras temporárias - 1995 e 2014

Mesorregião	Área plantada (mil hectares)											
	1995						2014					
	Arroz	Feijão	Fumo	Milho	Soja	Total	Arroz	Feijão	Fumo	Milho	Soja	Total
Oeste	17,8	226,5	18,8	761,5	146,4	<b>1.171,0</b>	0,4	29,9	17,0	256,6	295,6	<b>599,6</b>
Norte	29,5	36,4	14,8	92,8	31,8	<b>205,3</b>	20,1	11,1	38,4	53,0	129,3	<b>251,9</b>
Serrana	4,1	80,6	1,4	88,6	26,0	<b>200,7</b>	0,1	32,9	1,5	67,3	127,9	<b>229,7</b>
Vale do Itajaí	25,7	16,9	21,1	67,9	0,0	<b>131,6</b>	29,5	5,8	33,9	36,1	7,1	<b>112,4</b>
Gde Fpolis	3,8	5,2	3,2	14,4	0,0	<b>26,5</b>	6,0	1,2	4,6	5,9	0,0	<b>17,7</b>
Sul	74,3	24,5	21,8	36,4	0,3	<b>157,3</b>	93,9	8,4	25,1	23,8	0,2	<b>151,4</b>
<b>Total</b>	<b>155,2</b>	<b>390,1</b>	<b>81,0</b>	<b>1.061,6</b>	<b>204,5</b>	<b>1.892,4</b>	<b>149,9</b>	<b>89,3</b>	<b>120,6</b>	<b>442,6</b>	<b>560,1</b>	<b>1.362,6</b>

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

### 3.3 Redução na participação e concentração da produção de suínos e frangos em SC

No caso do milho, a redução de área combinada ao aumento de consumo pela avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite não apenas inviabilizou o “sonho” de décadas e de várias administrações públicas estaduais de autossuficiência do produto como, ao contrário disso, ampliou o déficit estadual de milho. Este foi um dos aspectos que contribuiu para que as agroindústrias do complexo de carnes buscassem outras regiões para realizar as suas integrações para a expansão da produção de frangos e suínos. Isso pode ser ilustrado com os dados da produção nacional de suínos e de frangos ao longo do tempo, conforme tabelas 6 e 7. Embora o abate catarinense desses animais tenha crescido e o estado persista como grande produtor nacional (1º produtor de suínos e 2º produtor de frangos), é evidente que atualmente a sua participação relativa é muito menor do que já foi e que os maiores crescimentos da produção estão nos estados em que a oferta de milho e soja são mais abundantes.

Tabela 6 – Abate de suínos no Brasil e principais estados produtores - 1999 e 2015

Estado	Milhões de cabeças		Var. % 1999-2015	Participação %	
	1999	2015		1999	2015
SC	6,140	10,278	67,4	38,9	26,2
RS	3,776	7,922	109,8	23,9	20,2
PR	2,705	7,717	185,3	17,1	19,7
MG	1,061	5,118	382,5	6,7	13,0
SP	0,716	2,053	186,8	4,5	5,2
MT	0,228	2,016	782,4	1,4	5,1
GO	0,088	1,766	1.896,2	0,6	4,5
MS	0,593	1,420	139,3	3,8	3,6
DF	0,012	0,251	1.993,5	0,1	0,6
ES	0,088	0,212	140,3	0,6	0,5
Subtotal	15,408	38,752	151,5	97,6	98,7
Outros	0,386	0,512	32,7	2,4	1,3
<b>Brasil</b>	<b>15,793</b>	<b>39,263</b>	<b>148,6</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais

Sobretudo em face de estratégias das agroindústrias, que finalmente são os agentes que definem a sua dinâmica produtiva, essas duas cadeias tiveram também uma expressiva concentração da produção/redução do número de produtores. Na suinocultura o processo de concentração/exclusão ganhou força já nos anos de 1990 e se deu de maneira bem mais contundente que na avicultura. Apesar disso, mais recentemente também na avicultura se verifica que a questão da capacidade de investimento dos produtores/proximidade das unidades de abate; indicadores de produtividade são cada vez mais decisivos para a manutenção ou não dos produtores na atividade.

Tabela 7 – Abate de frangos no Brasil e principais estados produtores - 1999 e 2015

Estado	Milhões de cabeças		Var. % 1999-2015	Participação %	
	1999	2015		1999	2015
PR	531,3	1.772,5	233,6	21,7	30,6
SC	546,8	881,9	61,3	22,3	15,2
RS	486,0	800,4	64,7	19,8	13,8
SP	405,7	618,9	52,5	16,5	10,7
MG	183,6	444,2	141,9	7,5	7,7
GO	39,7	374,0	842,0	1,6	6,5
MT	44,8	242,5	441,7	1,8	4,2
MS	88,7	170,9	92,6	3,6	2,9
BA	0,0	96,0	-	0,0	1,7
DF	0,0	82,2	-	0,0	1,4
Subtotal	2.326,7	5.483,5	135,7	94,8	94,6
Outros	126,9	311,0	145,0	5,2	5,4
<b>Brasil</b>	<b>2.453,6</b>	<b>5.794,5</b>	<b>136,2</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais

Em termos numéricos esse processo significou que as duas atividades reduziram drasticamente a sua capacidade de geração de ocupação e renda no meio rural catarinense. Segundo dados da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), em 2015 o estado tinha apenas 8.174 produtores de aves comerciais de corte e 7.432 produtores terminadores de suínos. Na falta dos mesmos números de tempos atrás e salientando que não são números exatamente comparáveis, destaca-se que o Censo de

1995/96 apontou que das 718,7 mil pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários ao final de 1995, 80,6 mil, ou 11,2%, declararam que tinham como atividade econômica principal a suinocultura ou a avicultura, com participações bem parecidas, 41,1 mil declararam a suinocultura e 39,5 mil a avicultura.

### 3.4 Redução da população rural<sup>13</sup> e do pessoal ocupado na agricultura catarinense

O Brasil tem apresentado constante tendência de decréscimo na sua taxa de crescimento populacional, com comportamento sempre muito variável entre as regiões, estados e municípios. Nas grandes regiões brasileiras, por exemplo, de 2000 e 2010, os casos de diferenças mais extremas são os da Região Sul e da Região Norte. Embora existam algumas variações nas taxas de natalidade e mortalidade regionais<sup>14</sup>, a principal explicação para essas diferenças são as migrações. No caso da Região Sul, por exemplo, onde as taxas de natalidade e mortalidade dos três estados são parecidas, de 2000 para 2010 a população catarinense aumentou 16,7%, a paranaense, 9,21%, e a gaúcha, apenas 4,97%. Em parte, o maior percentual catarinense é explicado exatamente pela migração paranaense e gaúcha para Santa Catarina, que também tem recebido muitos migrantes particularmente do estado de São Paulo, conforme tabela 8.

---

<sup>13</sup> Essa breve análise e os números aqui apresentados seguem os conceitos de população urbana e rural utilizados nos Censos Demográficos do IBGE. Uma visão crítica a respeito dos critérios utilizados para esse tipo de divisão populacional no Brasil é encontrada em Veiga (2002).

<sup>14</sup> Natalidade: número de pessoas que nascem por 1000 habitantes durante 1 ano. Mortalidade: número de pessoas que morrem por 1000 habitantes durante 1 ano.



Tabela 8 – População residente (1) por situação do domicílio - 2000 e 2010

Regionalização	Total		Urbana		Rural		Variação (%) 2000-2010		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Total	Urbana	Rural
<b>Brasil</b>	<b>169,80</b>	<b>190,76</b>	<b>137,95</b>	<b>160,93</b>	<b>31,85</b>	<b>29,83</b>	<b>12,3</b>	<b>16,7</b>	<b>-6,3</b>
Norte	12,90	15,86	9,01	11,66	3,89	4,20	23,0	29,4	8,1
Nordeste	47,74	53,08	32,98	38,82	14,77	14,26	11,2	17,7	-3,4
Sudeste	72,41	80,36	65,55	74,70	6,86	5,67	11,0	14,0	-17,4
Centro-Oeste	11,64	14,06	10,09	12,48	1,54	1,58	20,8	23,7	2,0
Sul	25,11	27,39	20,32	23,26	4,79	4,13	9,1	14,5	-13,8
<b>Santa Catarina</b>	<b>5,36</b>	<b>6,25</b>	<b>4,22</b>	<b>5,25</b>	<b>1,14</b>	<b>1,00</b>	<b>16,7</b>	<b>24,4</b>	<b>-12,1</b>
Paraná	9,56	10,44	7,79	8,91	1,78	1,53	9,2	14,5	-13,8
Rio Gde do Sul	10,19	10,69	8,32	9,10	1,87	1,59	5,0	9,4	-14,8

(1) Milhões de pessoas na noite de 31 de julho para 1º de agosto

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

O comportamento demográfico é também muito variável dentro do estado de Santa Catarina. Embora não haja redução absoluta de população em nenhuma das seis mesorregiões geográficas, é evidente que existem regiões que “expulsam” e regiões que “atraem” população, conforme tabelas 9 e 10. As mesorregiões do Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis são as que apresentam as maiores taxas médias geométricas de crescimento anual, o que evidencia os principais destinos dos imigrantes de outros estados, países e mesmo parte dos catarinenses. Por outro lado, as mesorregiões Oeste e Serrana são as que mais “perdem” população.

Por situação de domicílio, a exceção da Grande Florianópolis, houve redução da população rural em todas as mesorregiões, mas com importantes diferenças. Um aspecto a ser destacado em relação a isso é que as mesorregiões Oeste e Sul têm taxas de crescimento da população urbana próximas à média estadual, fato que, aliado à grande perda de população rural dessas duas regiões, indica a possibilidade de que entre 2000 e 2010 muitos migrantes rurais ficaram em municípios da própria região.

Tabela 9 – SC - População residente (1) por situação do domicílio - 2000 e 2010

Mesorregião Geográfica	Total		Urbana		Rural		Variação (%) 2000-2010		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Total	Urbana	Rural
Oeste	1.116,8	1.200,7	702,6	860,6	414,2	340,1	7,5	22,5	-17,9
Norte	1.026,6	1.212,8	876,2	1.063,9	150,4	148,9	18,1	21,4	-1,0
Serrana	401,0	406,7	312,5	332,4	88,4	74,3	1,4	6,4	-16,0
Vale do Itajaí	1.186,2	1.509,0	992,9	1.322,0	193,3	187,0	27,2	33,1	-3,3
Gde Fpolis	803,2	994,1	725,5	915,9	77,6	78,2	23,8	26,2	0,8
Sul	822,7	925,1	608,2	753,2	214,4	171,9	12,4	23,8	-19,8
Santa Catarina	5.356,4	6.248,4	4.217,9	5.247,9	1.138,4	1.000,5	16,7	24,4	-12,1

(1) Mil pessoas na noite de 31 de julho para 1º de agosto

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Tabela 10 – SC - Taxa de crescimento populacional por mesorregião- 2000 e 2010

Mesorregião Geográfica	Taxas geométricas de crescimento % ao ano		
	Total	Urbana	Rural
Oeste	0,73	2,05	-1,95
Norte	1,68	1,96	-0,10
Serrana	0,14	0,62	-1,72
Vale do Itajaí	2,44	2,90	-0,33
Gde Fpolis	2,16	2,36	0,08
Sul	1,18	2,16	-2,19
Santa Catarina	1,55	2,21	-1,28

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Ao se considerar os dados populacionais por situação de domicílio e grupos de idade, se observa que, relativamente, existem mais pessoas de faixas etárias mais baixas (até 20 anos) no campo do que nas cidades catarinenses, mas que isso se inverte nas faixas entre os 20 e 39 anos, para voltar a se repetir nas faixas etárias mais elevadas, conforme tabela 11.

Tabela 11 – SC - População residente, por situação do domicílio e grupos de idade - 2010

Grupos de idade (Anos)	Mil pessoas			Participação %		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
0 a 9	842,5	704,6	137,9	13,5	13,4	13,8
10 a 19	1.065,0	884,4	180,5	17,0	16,9	18,0
20 a 29	1.132,1	981,3	150,8	18,1	18,7	15,1
30 a 39	982,2	842,8	139,4	15,7	16,1	13,9
40 a 49	905,9	758,7	147,2	14,5	14,5	14,7
50 a 59	663,8	547,1	116,7	10,6	10,4	11,7
60 ou mais	656,9	529,0	128,0	10,5	10,1	12,8
Total	6.248,4	5.247,9	1.000,5	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Essa descontinuidade ilustra bem como a perda de população rural tem se dado especialmente por jovens com pretensões/idade/preparo suficientes para buscar ocupação e renda fora dos estabelecimentos agropecuários e/ou para dar continuidade aos estudos em níveis escolares que são mais acessíveis para os que moram nos centros urbanos, particularmente das cidades que são polos regionais.

Os dados dos censos demográficos anteriores (tabela 12) mostram que é na década de 1970 que ocorreu o início do decréscimo da população rural catarinense, sendo que no ano de 2010 se atingiu o menor patamar em números absolutos desde 1950.

Tabela 12 – SC - População total, urbana e rural - 1950/2010.

Ano	Mil pessoas			Participação %		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1950	362,7	1.197,8	1.560,5	23,2	76,8	100
1960	695,3	1.451,6	2.146,9	32,4	67,6	100
1970	1.266,7	1.663,7	2.930,4	43,2	56,8	100
1980	2.201,4	1.486,3	3.687,7	59,7	40,3	100
1991	3.205,6	1.332,6	4.538,2	70,6	29,4	100
2000	4.217,9	1.138,4	5.356,4	78,7	21,3	100
2010	5.247,9	1.000,5	6.248,4	84,0	16,0	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e Contagem de População

Grande parte deste decréscimo da população rural não ocorreu pelo simples desejo dos migrantes, mas porque muitos deles consideraram ser economicamente inviável a sua permanência em condições minimamente satisfatórias no campo. A relevância da questão econômica como explicação do processo migratório foi indicada por pesquisas junto às famílias rurais catarinenses quando da avaliação do Projeto Microbacias 1, que indicou a baixa renda como principal razão para a saída do campo (Instituto Cepa/SC, 1999).

Ainda assim, não existe plena coincidência entre o período de início da redução da população rural e o de início da redução do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, que é mais tardio. Mesmo com a população rural diminuindo de 1970 para 1980, o ano de 1985 foi o auge do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. A partir de 1985, entretanto, o seu decréscimo tem sido expressivo: em 2006 são 316 mil pessoas a menos do que em 1985, 106 mil das quais com menos de 14 anos (Tabela 13). Com essa expressiva redução, o número de pessoas ocupadas por estabelecimento agropecuário caiu de 4,2 pessoas/estabelecimento, em 1975, para 3 pessoas/estabelecimento, em 2006.

Tabela 13 – SC - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários - 1970/2006.

Sexo	Mil pessoas											
	1970		1975		1980		1985		1995		2006	
	Total	= ou >14 anos	Total	= ou >14 anos	Total	= ou >14 anos	Total	= ou >14 anos	Total	= ou >14 anos	Total	= ou >14 anos
Homens	457	370	484	367	499	407	532	450	429	377	352	331
Mulheres	306	244	375	278	338	269	355	293	289	246	220	202
Total	764	614	859	645	837	677	887	743	719	623	572	533

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Em 1975, as pessoas com menos de 14 anos representavam 25% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários; em 2006, eram menos de 7%. É evidente que isso decorre de aspectos demográficos mais gerais, mas não deixa de ser determinado também por razões como a ampliação da possibilidade/do interesse pela maior escolarização das pessoas

do campo e pela ampliação do cerceamento/da conscientização em relação ao trabalho infantil.

#### **4 CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE O CENSO AGROPECUÁRIO DE 2006**

Nas notas técnicas sobre o Censo Agropecuário 2006, o IBGE destaca algumas diferenças em relação aos censos anteriores, como a inclusão de *“questões referentes à caracterização do produtor, como sexo, o tempo de direção do estabelecimento e migração, além de levantamento sobre a pluriatividade econômica do produtor e membros de sua família, residentes no estabelecimento agropecuário. Também foram levantadas informações sobre as diferentes práticas agrícolas e formas de ocupação da área; manejo e conservação do solo; utilização de agrotóxicos; agricultura orgânica; atividades aquícolas; e disponibilidade de água dentro do estabelecimento”*.

Com isso foi possível conhecer vários aspectos sobre os quais se tinha apenas indicadores parciais. Aqui serão abordados apenas alguns deles, de forma mais descritiva do que analítica. No que diz respeito à idade e ao sexo dos dirigentes dos estabelecimentos agropecuários, o que se constatou foi especialmente a elevada idade dos gestores, sendo que 34% dos estabelecimentos agropecuários eram dirigidos por pessoas com 55 anos ou mais e apenas 13,2% por pessoas de até 35 anos. Destaca-se também que mais de 14 mil estabelecimentos eram geridos por mulheres, 44,7% das quais com 55 anos ou mais (Tabela 14).

Tabela 14 – SC – Sexo e idade do dirigente do estabelecimento agropecuário - 2006

Idade do dirigente (anos)	Total		Direção por sexo e idade			
			Homens		Mulheres	
		(%)		(%)		(%)
< 25	3.732	1,9	3.420	1,9	312	2,2
25 < 35	21.816	11,3	20.665	11,5	1.151	8,0
35 < 45	48.899	25,2	46.246	25,8	2.653	18,4
45 < 55	53.498	27,6	49.631	27,7	3.867	26,8
55 < 65	40.598	21,0	37.166	20,7	3.432	23,7
65 e mais	25.125	13,0	22.085	12,3	3.040	21,0
Total	193.668	100	179.213	100	14.455	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Esse relativo envelhecimento dos gestores e o fato de muitos destes estabelecimentos não terem mais jovens são indicativos da complexidade que tomou a questão da sucessão hereditária na agricultura familiar catarinense<sup>15</sup>, o que tem repercutido diretamente sobre várias atividades produtivas e na posse e/ou uso da terra nos últimos anos, aspectos esses já evidenciados, mas ainda pouco estudados/conhecidos no estado.

Esse aspecto se reflete também no período de tempo em que o principal responsável está à frente da gestão do estabelecimento agropecuário, sendo que 71,3% dos dirigentes estão à sua frente a 10 ou mais anos (Tabela 15).

Tabela 15 – SC - Tempo de direção do estabelecimento agropecuário, por idade – 2006.

Tempo de direção (Anos)	Idade do dirigente (anos)						Total	(%)
	< 25	25<35	35<45	45<55	55<65	65 e mais		
Menos de 1	368	883	1.039	758	419	166	3.633	1,9
1 < 5	2.000	6.387	7.207	5.263	2.816	927	24.600	12,7
5 < 10	1.364	6.203	8.889	6.298	3.324	1.252	27.330	14,1
10 e mais	0	8.343	31.764	41.179	34.039	22.780	138.105	71,3
Total	3.732	21.816	48.899	53.498	40.598	25.125	193.668	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

<sup>15</sup> Uma abordagem de alguns anos sobre esta questão no Oeste Catarinense é encontrada em SILVESTRO, Milton; ABRAMOVAY, Ricardo; MELLO, Márcio A.; DORIGON, Clóvis e BALDISSERA, Ivan T. (2001) - Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar - MDA-NEAD/EPAGRI.

Esse avanço da idade das pessoas do campo impacta também na forma de obtenção de receita de parte dos estabelecimentos agropecuários. O Censo 2006 mostrou que 47 mil estabelecimentos agropecuários tiveram receita proveniente da previdência oficial; com valor médio de R\$577,83/estabelecimento/mês. Outro aspecto interessante e possível de quantificar é o da obtenção de renda externa: em 2006 foram 25 mil estabelecimentos agropecuários com pessoas que receberam salário ou outras receitas de fora dele, com valor médio de R\$1.015,49/estabelecimento/mês, valor nada desprezível quando comparado com as possibilidades de obtenção de renda de muitas atividades agropecuárias (Tabela 16).

Tabela 16 – SC - Estabelecimentos agropecuários com outras receitas e valor das receitas - 2006

Tipo de outras receitas	Estabelecimentos Agropecuários	Valor (Mil Reais)	Valor médio por mês (R\$)
Aposentadorias ou pensões	47.003	325.915,01	577,83
Salários de atividade fora do estabelecimento e outras receitas	25.418	309.742,39	1.015,50
Receitas de programas governamentais	11.523	16.951,01	122,59
Outras receitas	2.720	31.489,15	964,74
Total	75.469 (1)	684.097,56	755,38

(1) A soma é maior que este total, pois um único estabelecimento pode ter mais de um tipo de receita.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Com relação à renda de aposentadorias ou pensões, é certo que em muitos estabelecimentos agropecuários já é ou brevemente será a principal renda monetária das famílias e a sua valorização em termos reais ao longo dos anos recentes (decorrente do crescimento real do salário mínimo) também repercutiu diretamente sobre mudanças nas escolhas produtivas das famílias beneficiárias. Esse e mais um aspecto bastante evidenciado em relação ao meio rural, mas ainda pouco estudado/conhecido no estado.

No que diz respeito ao nível de instrução, são substanciais as diferenças entre as faixas etárias. Com menos limitações estruturais para o acesso e a maior importância dada à educação formal, observa-se a estreita relação entre os melhores níveis de instrução e os gestores de menos idade. Assim, 66,3% dos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina

tinham como dirigentes pessoas que tinham apenas o ensino fundamental (antigo 1º grau) incompleto. Um exemplo de como isso mudou ao longo do tempo, em termos da grande diferença de nível de escolarização entre as faixas etárias, está no fato que 34,3% dos dirigentes com de idade inferior a 25 anos alcançou o ensino médio completo (Tabela 17).

Tabela 17 – SC - Instrução do dirigente do estabelecimento agropecuário, por idade - 2006

Nível de instrução	Idade do dirigente (anos)						Total
	< 25	25 < 35	35 < 45	45 < 55	55 < 65	65 e mais	
Alfabetização de adultos	52	567	1.281	1.627	1.558	1.291	6.376
1º grau incompleto	1.266	11.974	30.473	36.641	29.949	18.038	128.341
1º grau completo	1.004	4.333	8.968	7.218	3.365	1.529	26.417
2º grau completo	1.280	3.714	5.228	3.986	1.598	619	16.425
Formação superior	86	677	1.480	1.688	986	399	5.316
Nenhum, mas lê e escreve	36	402	974	1.325	1.513	1.323	5.573
Não lê, nem escreve	8	149	495	1.013	1.629	1.926	5.220

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

#### 4.1 A Importância da Agricultura Familiar em Santa Catarina

O Censo Agropecuário 2006 permitiu caracterizar um pouco melhor a agricultura familiar<sup>16</sup>, em diferentes âmbitos geográficos, desde os municípios até o agregado do país. O primeiro aspecto a ser destacado é que 84% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros eram de agricultores familiares e que em Santa Catarina essa participação é ainda mais significativa, ou seja, 87%. Nos dois casos nota-se o histórico processo de concentração fundiária que se deu no país: a elevada participação da agricultura familiar no número de estabelecimentos contrasta com sua baixa participação na posse da terra (Tabela 18).

<sup>16</sup> O Censo Agropecuário 2006 foi o primeiro que levantou informações separadas por tipo de agricultura e para essa separação tomou por base a Lei 11.326 (24.07.2006) que estabelece os critérios para classificação dos agricultores familiares no Brasil.



Tabela 18 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários por tipo de agricultura 2006

Discriminação	Número (Unidades)				Área (milhões de Hectares)			
	Total	Não familiar	Familiar	% da Agricultura familiar	Total	Não familiar	Familiar	% da Agricultura familiar
Brasil	5.175.636	809.369	4.366.267	84	333,680	253,577	80,103	24
Santa Catarina	193.668	25.156	168.512	87	6,063	3,419	2,643	44

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Apesar das mudanças estruturais destacadas, o Censo evidenciou que em Santa Catarina a agricultura familiar permaneceu como responsável pela maior parte da produção. Mostrou também outros casos em que a produção é praticamente “sinônimo” de agricultura familiar. Não é por outra razão que, em 2006, a agricultura familiar estadual respondeu por 67% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários (no Brasil foram 36%). Permitiu conhecer também a participação da agricultura familiar em algumas atividades específicas, entre as quais se constata não apenas sua importante participação como também uma maior representatividade da agricultura familiar catarinense em relação à do país (Tabela 19).

Tabela 19 – Produção dos estabelecimentos agropecuários por tipo de produção/produtor – 2006

Tipo de produção	Brasil				Santa Catarina			
	Produção/Rebanho			% da Agricultura familiar	Produção/Rebanho			% da Agricultura familiar
	Total	Não familiar	Familiar		Total	Não familiar	Familiar	
Arroz (1)	9.688	6.484	3.204	33,1	846	306	540	63,8
Feijão preto/cor (1)	1.951	755	1.197	61,3	184	49	134	73,2
Mandioca (1)	11.913	2.006	9.907	83,2	597	42	555	93,0
Milho (1)	41.428	22.555	18.873	45,6	4.110	965	3.145	76,5
Soja (1)	46.196	39.731	6.465	14,0	726	511	216	29,7
Trigo (1)	2.233	1.760	473	21,2	98	81	17	17,1
Bovinos (2)	176,1	123,8	52,4	29,7	3,1	1,1	2,0	65,1
Suínos (2)	31,2	12,8	18,4	59,0	6,6	2,2	4,4	66,5
Aves (2) (4)	1.143,5	558,5	584,9	51,2	180	63	117	65,0
Leite (3)	20,6	8,7	11,8	57,6	1,4	0,2	1,2	87,0

(1) Mil toneladas (2) Milhões de cabeças (3) Bilhão de litros, (4). Inclui galinhas, galos, frangas, frangos e pintos.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Essa expressiva importância da agricultura familiar catarinense fica ainda mais evidente quando comparada à dos 10 estados de maior valor de produção do país. Em 2006, o valor da produção de Santa Catarina representou 5,5% do total do país, situando o estado na 7ª posição nacional. Na agricultura familiar representou quase o dobro (10,2%) e situou o estado na 3ª posição nacional; atrás apenas de estados como RS, PR, que possuem muito mais agricultores familiares. Ainda mais expressiva é a participação de 67% da agricultura familiar no valor total da produção estadual, bem acima desses estados, exceto o Pará (Tabela 20).

Tabela 20 – Valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários por tipo de agricultura – 2006

Unidade da Federação	Valor da produção (Milhões de Reais)			% da Agricultura familiar
	Total	Não familiar	Familiar	
São Paulo	28.188	24.121	4.067	14
Minas Gerais	20.794	14.949	5.845	28
Rio Grande do Sul	18.156	8.074	10.082	56
Paraná	16.735	8.968	7.767	46
Mato Grosso	12.292	10.783	1.508	12
Bahia	9.050	5.330	3.720	41
<b>Santa Catarina</b>	<b>9.035</b>	<b>2.976</b>	<b>6.059</b>	<b>67</b>
Goiás	8.882	7.174	1.708	19
Mato Grosso do Sul	7.205	6.308	897	12
Pará	5.040	1.764	3.276	65
Outros	28.609	14.316	14.293	50
<b>Total do Brasil</b>	<b>163.986</b>	<b>104.764</b>	<b>59.222</b>	<b>36</b>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agropecuária catarinense tem passado por mudanças estruturais evidentes, o que contribui para projetar pelo menos dois cenários.

O primeiro é levando em conta apenas as atividades produtivas das “cadeias longas” e mais “globais”. Neste caso, alguns pontos que se destacam no cenário tendencial são:

- ✓ Haver fusões e compras de complexos agroindustriais;
- ✓ As cadeias produtivas se “internacionalizarem” (soja, milho, aves, suínos, bovinos, floresta, fumo, são exemplos);
- ✓ As cadeias produtivas se “industrializarem” (transgenia/controlado externo da produção e empresariamento de atividades por parte de produtores mais capitalizados);
- ✓ Haver especialização, mecanização e automatização de atividades e aumento das escalas de produção;

- ✓ Haver maior regulação/normatização sanitária, trabalhista e ambiental para a agricultura;
- ✓ Haver a intensificação das relações de mercado e maior controle dos segmentos à jusante e à montante sobre a produção/comercialização agropecuária;
- ✓ Redução da diversidade produtiva das propriedades rurais/aumento da especialização;
- ✓ Seguir a concentração da produção e a redução do número de produtores de várias cadeias produtivas.
- ✓ Manutenção da competitividade da agricultura familiar catarinense em atividades relacionadas a produção de commodities, particularmente a produção de fumo e de leite.

O segundo, não necessariamente desvinculado do primeiro, levando em conta também as atividades produtivas das “cadeias curtas” e mais “locais” e outras atividades desenvolvidas no meio rural, mas não necessariamente relacionadas à produção agropecuária. Neste caso, alguns pontos que se destacam no cenário tendencial são:

- ✓ Crescimento das atividades produtivas com maior densidade econômica (frutas, olerícolas, fibras e grãos especiais, flores e plantas ornamentais, aquicultura, piscicultura, apicultura, etc.);
- ✓ Aumento da produção/mercado de produtos diferenciados (orgânicos, “colonial”, artesanal, certificados, etc.), mais baseado em reconhecimento de qualidade do que de preço;
- ✓ Ampliação das atividades de agregação de valor na agricultura familiar (agroindústrias familiares, turismo, artesanato, etc.);
- ✓ Fortalecimento do movimento associativo e cooperativista “descentralizado” e da articulação em rede para objetivos econômicos;
- ✓ Intensificação relação rural e urbano: pessoas das cidades com atividades agrícolas e pessoas do campo com atividades “urbanas”;
- ✓ Ampliação da importância de atividades não agrícolas na ocupação e renda de famílias rurais;

- ✓ Espaço rural como local de moradia.

Essa disputa e/ou a coexistência entre esses dois cenários podem significar também maneiras muito distintas das organizações públicas e privadas se relacionarem com o espaço rural catarinense. No caso das organizações públicas, particularmente àquelas mais diretamente relacionadas às políticas setoriais e/ou outras políticas que impactam mais diretamente no espaço rural, é certo que a opção por um ou outro cenário terá impacto direto no sentido de ampliar ou reduzir as oportunidades no campo.

Nesse sentido, é fundamental que, paralelamente à continuidade/aprimoramento das políticas agrícolas tradicionais (com foco apenas na produção agropecuária), haja a manutenção/ampliação/aprimoramento das políticas/ações de promoção de desenvolvimento rural, entre as quais se pode citar:

- ✓ Agregação de valor e apoio às organizações econômicas da Agricultura Familiar (Pronaf Agroindústria, Indicações geográficas, Rede Brasil Rural, Turismo rural).
- ✓ Segurança alimentar/Intervenção no mercado: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF).
- ✓ Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER.
- ✓ Políticas para públicos “específicos” (jovens, mulheres, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores).
- ✓ Bolsa Família.
- ✓ Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR/Programa Minha Casa Minha.
- ✓ Previdência Social Rural.
- ✓ Programa dos Territoriais Rurais e Territórios da Cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992. 275 p.

CAMPOS, I. Os colonos do Rio Uruguai; relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense. 1987. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande. 1987.

GONÇALVES NETO, W. Estado e agricultura no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

IANNI, O. Ditadura e agricultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Cenários para o sistema agrícola de Santa Catarina. Florianópolis, 1995. 100 p.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Relatório de avaliação final do projeto Microbacias 1: mudança comportamental dos envolvidos. Florianópolis, 1999. 39 p.

MARCONDES, T. Mudanças no espaço rural de Santa Catarina. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010. Florianópolis: Epagri/Cepa, p. 12-24, 2010.

MARCONDES, T. Desenvolvimento rural e protagonismo social: o caso do projeto Microbacias 2 de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011. 180 p.

MATTEI, L.; CAZELLA, A. A.; SCHNEIDER, S. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 21-49.

MUELLER, C. C. Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formulação de políticas agrícolas no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983. 363 p. (IPEA/INPES. PNPE, 9).

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Seleções CEBRAP, São Paulo: Brasiliense, n. 1, p. 6-78, 1976.

PAULILO, M. I. Produtores e agroindústria: consensos e dissensos. Florianópolis: UFSC/ Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

SILVESTRO, M.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

VEIGA, J. E. et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VEIGA, J. E. Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, 304p.

Artigo recebido em 12 de abril de 2016 e aprovado 23 de maio de 2016.